



# **CÂMARA MUNICIPAL DE CONTAGEM**

ESTADO DE MINAS GERAIS

*PROCURADORIA GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONTAGEM*

**PJ/PG. N° 078/2018**

**Do: Procurador Geral**

**Ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Contagem-MG**

*Senhor Presidente:*

*Instados a emitir parecer sobre o Projeto de Lei Complementar n° 015/2018, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei n° 1.611, de 30 de dezembro de 1983, que instituiu o Código Tributário do Município de Contagem e dá outras providências", cumpre-nos manifestar:*

Trata-se de Projeto de Lei Complementar de autoria do Poder Executivo que tem por objetivo alterar a Lei 1.611 de 30 de dezembro de 1983, com o escopo de aprimorar e ajustar a legislação tributária municipal.

Em apertada síntese, em conformidade com mensagem anexa do Poder Executivo, o Projeto de Lei Complementar pretende aprimorar o dispositivo legal que autoriza a desistência das ações fiscais, a fim de que o valor atualizado passe a ser igual ou inferior a R\$ 5.356,00 (cinco mil, trezentos e cinquenta e seis reais). Também prevê que os créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa, no valor supracitado, não serão objeto de execução fiscal. A proposição ainda prevê a atualização do referido valor conforme previsão do artigo 6° B da Lei 1.611/93. Por fim, o Projeto de Lei ainda visa autorizar a solicitação de desistência pela Procuradoria Geral do Município das execuções fiscais, distribuídas antes de 31 de dezembro de 2012, cujo crédito exequendo seja inferior a R\$ 7.000,00 (sete mil reais), desde que não haja incidência de causa de suspensão da exigibilidade do crédito em execução.



## CÂMARA MUNICIPAL DE CONTAGEM

ESTADO DE MINAS GERAIS

Cumpre-nos ressaltar, *ab initio*, que o Projeto apresentado enquadra-se nas matérias de competência do Poder Executivo Municipal, nos termos do inciso IX, do art. 6º, da Lei Orgânica de Contagem:

*“Art. 6º - Ao Município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições:  
(...)”*

*IX – instituir e arrecadar tributos de sua competência, fixar e cobrar preços, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;  
(...).”*

No mesmo sentido, destaca-se que o Projeto de Lei em epígrafe, pelo disposto nos incisos V e XV, do art. 92 da Lei Orgânica Municipal, inclui-se no rol de atribuições do Poder Executivo, *in verbis*:

*“Art. 92 – Compete privativamente ao Prefeito:  
(...)”*

*V – iniciar o processo legislativo na forma dos casos previstos nesta Lei Orgânica;  
(...)”*

*XV – administrar os bens e as rendas municipais, promover o lançamento, a fiscalização e a arrecadação de tributos;  
(...)”*

Vê-se, pois, que é indiscutível a competência do Poder Executivo para proceder às alterações que propõe com a presente Lei Complementar.

Quanto ao aspecto material da proposição destaca-se que o tratamento para cobranças de débitos de pequena monta fica adstrito ao interesse e arbítrio dos próprios entes, sem que a fixação de um valor mínimo para atuação seja considerada renúncia de receita, isenção, anistia, exclusão de créditos ou extinção de débitos.

Ademais disso, a partir de uma ideia simples – não gastar mais do que se tem para arrecadar – foi instituído o Projeto Execução Fiscal Eficiente, regulamentado pela Portaria Conjunta nº 373/2014 pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

A portaria tem por objetivo diminuir o volume de execuções fiscais buscando alternativas menos onerosas para os cofres públicos e mais eficazes para as execuções fiscais.





## CÂMARA MUNICIPAL DE CONTAGEM

ESTADO DE MINAS GERAIS

Dentre os objetivos principais da Portaria Conjunta cite-se a redução de novos processos de execução fiscal, mediante atuação eficiente na fase pré-processual, bem como daqueles que já tramitam nas comarcas do Estado de Minas Gerais, além da proposição de ações de estímulo que possam contribuir para o bom andamento do Projeto, *in verbis*:

*“Art. 4º Constituem objetivos específicos do “Projeto Execução Fiscal Eficiente”:*

*I - reduzir a distribuição de novos processos de execução fiscal, mediante atuação eficiente na fase pré-processual;*

*II - reduzir o acervo dos processos de execução fiscal já em tramitação nas comarcas do Estado de Minas Gerais;*

*III - promover eventos para a divulgação do Projeto.*

*Art. 5º Na consecução do Projeto ficam estabelecidas as seguintes atribuições:*

*I - para a Terceira Vice-Presidência, com o apoio da Corregedoria-Geral de Justiça:*

*a) propor, com os magistrados e servidores das comarcas, à União, ao Estado de Minas Gerais, às Prefeituras e outros órgãos, ações de estímulo que possam contribuir para o bom andamento do Projeto;*

*b) editar atos normativos complementares para a implementação das ações englobadas no Projeto;*  
*(...)”*

O que demonstra que a Proposição de Lei está em conformidade com o que determina o Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Necessário mencionar que a Portaria Conjunta tem amparo no art. 14, § 3º, II, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece que os créditos de valor inferior aos custos para a respectiva cobrança podem ser cancelados, sem que isso configure renúncia de receitas tributárias.

Demais disso, em 06 de maio de 2015, foi assinado Termo de Cooperação Técnica entre o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG), e o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), corroborando a parceria entre as instituições no Projeto de Execução Fiscal Eficiente.

O acordo prevê ações conjuntas para orientar os municípios a recomporem suas receitas públicas, por meios alternativos de cobranças, como o protesto extrajudicial e a inclusão dos nomes dos devedores em cadastros de inadimplentes, ao invés de acionar o



## CÂMARA MUNICIPAL DE CONTAGEM

ESTADO DE MINAS GERAIS

Judiciário, com o objetivo de tornar mais ágeis e efetivas as cobranças de créditos fiscais no Estado.

O referido acordo ainda prevê que o sucesso do projeto depende, especialmente, da execução de várias ações pelas prefeituras municipais, como:

- “- levantamento de informações sobre as execuções fiscais do município;*
- pesquisa sobre as certidões da dívida ativa, aptas a serem ajuizadas;*
- estudo financeiro, orçamentário e contábil, por meio da coleta de dados e pesquisas, para identificar o custo médio unitário dos processos (que irá variar em cada município);*
- formação de um banco de cadastro seguro e confiável;*
- **definição de estratégias que seriam investimento na fase pré-processual, edição de ato normativo (lei ou decreto) para a desjudicialização das execuções fiscais, inclusive com a previsão da desistência das ações em curso (a curto prazo), o incremento do protesto extrajudicial para as novas CDAS e para aquelas ações judiciais que foram objeto de desistência (a curto e médio prazo) e definição dos grandes devedores contribuintes que devem ter tratamento especializado, com a unificação das execuções, realização de conciliação, dentro do permissivo legal para parcelamento do crédito tributário ou uso de outros meios (a longo prazo);***
- disseminação da cultura de educação fiscal;*
- disponibilização das informações sobre o projeto para o público em geral (ações de comunicação).”(grifamos)*

O referido termo de acordo à época informava que:

*“Hoje as ações judiciais no Brasil são, em sua maioria, de execução fiscal e a cada ano são ajuizadas mais de 20 milhões de execuções fiscais (municípios, Estados e União). Cada execução fiscal custa aproximadamente R\$4.000,00, conforme estudo do Instituto de Pesquisa e Estatística Aplicada (IPEA). Logo, não faz sentido executar créditos abaixo desse valor. Foge a qualquer análise baseada na razoabilidade e na proporcionalidade.”*

Vale enfatizar que o referido termo de acordo cita o Decreto nº 15.304, de 14 de agosto de 2013 e suas alterações, que dispõe sobre o não ajuizamento de execução fiscal e o protesto dos créditos do município de Belo Horizonte e de suas autarquias e fundações, e prevê que **os créditos inscritos em dívida ativa, iguais ou inferiores a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) reajustáveis anualmente pelo índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, não serão objeto de execução fiscal**, salvo em determinação em contrário da Procuradoria-Geral de Justiça e da Secretaria Municipal de Finanças.

A Lei Federal Lei 10.522/02 em seu artigo 20 também prevê o arquivamento das execuções fiscais de valor consolidado igual ou inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais):





## CÂMARA MUNICIPAL DE CONTAGEM

ESTADO DE MINAS GERAIS

*“Art. 20. Serão arquivados, sem baixa na distribuição, mediante requerimento do Procurador da Fazenda Nacional, os autos das execuções fiscais de débitos inscritos como Dívida Ativa da União pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ou por ela cobrados, de valor consolidado igual ou inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais). (Redação dada pela Lei nº 11.033, de 2004)”*

Registre-se ainda, que por meio da Portaria nº 75, de 22 de março de 2012, do Ministro da Fazenda, foi autorizada a não inscrição como Dívida Ativa da União de débitos com a Fazenda Nacional de valores até R\$ 1.000,00 (mil reais) e o não ajuizamento das execuções fiscais de débitos de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Assim, verifica-se que o aprimoramento dos dispositivos legais em menção está em total consonância com o acordo pactuado entre o Tribunal de Justiça de Minas Gerais e o Tribunal de Contas de Minas Gerais e com as legislações vigentes.

Por último, assevera-se que para as alterações e inclusões propostas no Projeto de Lei Complementar em análise o Poder Executivo deve atentar-se, também, às normas previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar 101 de 4 de maio de 2000, que veio assegurar uma gestão financeira correta, visando o equilíbrio das contas públicas e o alcance de ajuste das finanças públicas.

Diante das considerações apresentadas, manifestamo-nos pela **admissibilidade e legalidade do Projeto de Lei Complementar nº 015/2018**, de autoria do Excelentíssimo Prefeito do Município de Contagem, Sr. Alexis José Ferreira de Freitas.

*É o nosso parecer, que submetemos à apreciação de Vossa Senhoria.*

*Contagem, 29 de agosto de 2018.*

**Silvério de Oliveira Cândido**  
Procurador Geral